

Membro

Powernext  
Carbon

ecoprogresso  
CONSULTORES EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SA

## Evolução do Preço CO<sub>2</sub> Jan 06-Jun 07



CO <sub>2</sub>	Preço (31/05/07)	Δ Mensal
Spot	€0.26	-45.83%
Futuro Dez 2007	€0.29	-45.28%
Futuro Dez 2008	€23.00	+20.42%
Futuro Dez 2009	€23.85	+19.65%
Futuro Dez 2010	€24.80	+18.83%

COMMODITIES	Preço (31/05/07)	Δ Mensal
Carvão (\$/ton)	\$74.00	+2.87%
Petróleo (\$/barril)	\$64.00	-0.62%

Fonte: Montel

## Destaque

O Luso Carbon Fund, primeiro fundo privado português de Carbono, do qual a Ecoprogresso é consultora, esteve presente na CarbonExpo que decorreu entre 2 e 4 de Maio, na cidade de Colónia, Alemanha.



## Análise Mensal

O mercado spot sofreu no mês de Maio mais uma forte, mas previsível queda. Pelo contrário, o mercado de futuros, referentes às licenças de emissão para a segunda fase (2008-2012) tem estado bastante activo com os preços a subirem mais de 20%. Os principais compradores tem sido as produtoras eléctricas europeias que estão já hoje a fazer cobertura do carbono referentes às vendas de electricidade para o próximo ano.

## Tendências

O mercado spot deverá continuar na sua tendência negativa. É previsível que após 3 meses de forte subida, e após a maioria dos Planos Europeus divulgados, o mercado de futuros entre numa fase de consolidação podendo mesmo corrigir para valores perto dos € 22.

**RECOMENDAÇÃO PARA JUNHO:** Continuação da venda das licenças do primeiro período.

## Novidades do CELE - Conferências na CarbonExpo 2007

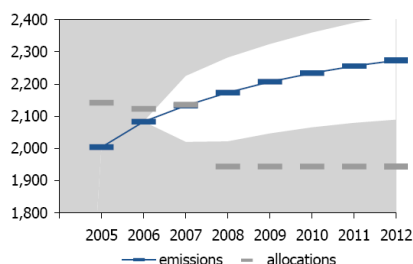
### A experiência da primeira fase do CELE: 2005-2007

A experiência desta primeira fase do funcionamento do CELE, que ocorreu entre 2005 e 2007, permitiu constatar diferenças na sua aplicação entre os diversos Estados Membros, tanto ao nível do método de alocação de licenças, períodos de referência diferentes, definições diferentes aplicadas que podem vir a ser minimizadas com maior transparência dos PNALEs.

O resultado foi um mercado longo, em que as emissões reportadas ficaram abaixo da alocação atribuída, com um excesso de 97Mt. Porém, comprovou-se que o valor financeiro do activo CO<sub>2</sub> funcionou como incentivo a investimentos em mudanças de carvão para gás natural. Esta fase serviu de aprendizagem para os próximos períodos, mas a partir de 2008, já irá contar para o cumprimento do Protocolo de Quioto.

### Perspectivas e alterações ao CELE para o próximo período de cumprimento: 2008-2012

#### Perspectivas para o CELE para o PNALE II



Nesta segunda fase, que se inicia já a partir de 1 de Janeiro de 2008 estima-se já uma inversão nestas condições, provocado em grande parte pelos vários cortes nos PNALEs apresentados à Comissão Europeia. Os dados mais recentes apontam para um défice anual de cerca de 150 Mt de licenças, e o mercado de futuros (referente às licenças da segunda fase) está já a avaliar estas licenças acima dos €23

Fonte: Fortis

Em termos de alterações previstas ao CELE, destacam-se:

- Deixam de ser permitidas situações de *Force Majeure*
- Fim dos *opt outs* até o final do ano
- O limite de leilão sobe para 10%
- **O valor das penalidades sobe para € 100/ tonelada de CO<sub>2</sub>**
- Mais instalações cobertas: forno de crackers, negro de fumo, queima de gases residuais, fornalhas e (furnaces & integrated steelworks)
- **Revisão da Decisão de Monitorização, Reporte e Verificação já em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008**
- Entrada da Noruega no CELE e sistemas semelhantes em outros países (Canadá, Austrália, EUA)
- **Proposta da Comissão para incluir a aviação já a partir de 2010**
- *Opt-in*: são aguardadas propostas para captura e armazenamento de carbono (do inglês Carbon, Capture and Storage (CC&S)), bem como de instalações de ácido nítrico (N<sub>2</sub>O)

#### SITUAÇÃO ACTUAL DOS PNALE II

**19 aprovados**

**6 notificados**

**1 em consulta pública**

## Novidades das Conferências na CarbonExpo 2007

### Implicações na aprovação dos PNALEs para a fase II.

A experiência da primeira fase do CELE está já a ter implicações no sentido de corrigir alguns erros que foram detectados, sendo que:

- A Comissão Europeia, tem avaliado os diferentes PNALEs de uma forma mais exigente para garantir o cumprimento das diversas metas *burden sharing* de Quioto, tendo por base emissões reportadas em 2005, restringindo o uso de créditos provenientes de IC (implementação Conjunta) e MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), não permitindo o banking da fase I para a fase II,
- Tem havido cada vez maior interesse na utilização de leilões por parte dos diversos Estados membros.

### Temas chave ainda em debate para o pós 2012 do CELE (fase III)

A Comissão Europeia tenciona manter o CELE, com algumas afinações apenas estando excluída uma mudança radical no regime legal.

Os temas chave em debate são:

- Expansão para outros sectores e gases ou concentrar-se apenas nos grandes emissores? É preciso não esquecer que existem soluções alternativas especialmente no caso de muitas fontes pequenas.
- Como será o tratamento de emissores pequenos? Excluem-se ou são sujeitos a um limite anual?
- Garantir uma maior certeza do regime para diminuir o risco de investimento sendo que para isso deve actuar-se no sentido de:
  - ⇒ Encontrar a duração mais adequada para cada período de cumprimento
  - ⇒ Períodos menores para a aprovação dos PNALEs
  - ⇒ Clarificar se o limite global do CELE será obtido em função do limite de 20% até 2020 ou via PNALEs individuais
  - ⇒ Qual vai ser o futuro dos mecanismos de flexibilidade IC e MDL após 2012?
- Melhor harmonização de critérios entre os diversos Estados Membros
- Desejo de resolver questões de concorrência que se colocam no tratamento de instalações similares localizadas nos diversos Estados Membros, de 2 formas:
  - ⇒ Metodologia de alocação:
    - Interesse cada vez maior no benchmarking entre sectores
    - Aumento do papel dos leilões
    - Atribuição de licenças grátis pelo Estado com base no histórico
  - ⇒ Opção de centralizar a decisão da alocação de cada país na Comissão Europeia
- Reconhecimento de actividades de captura e armazenamento de carbono.
- Necessidade de dar sinais ao mercado com metas mais ambiciosas para incentivar as necessárias reduções de emissões

## Resultados da verificação de emissões de 2006 para Portugal

Segundo as informações do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, as emissões de dióxido de carbono das indústrias portuguesas abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), caíram 9,3% no ano anterior para 33 milhões de toneladas, resultando num excesso de licenças de cerca de 4,9 milhões, menos 12,9% do total de licenças atribuídas (37,9 milhões de toneladas). Em 2005, foram reportadas 36,4 milhões de toneladas.

A maior queda verificou-se no sector de geração de electricidade resultante de uma maior produção de electricidade pelas hidroeléctricas, resultando numa diminuição de emissões cerca de 3 milhões de toneladas. Assim, este sector sofreu uma reviravolta, uma vez que conseguiu reverter o défice de 1 milhão de toneladas do ano passado para um excesso este ano de 3,1 milhões de licenças a mais. Só as centrais a carvão e a biomassa tiveram défice de licenças em 2006.

Todos os sectores industriais finalizaram o ano com excesso de licenças, sendo que o sector que mais distante ficou da sua alocação foi o cerâmico, com mais 350000 licenças, 30% abaixo do total atribuído. O valor excedente no sector dos metais ferrosos foi de 23,2 por cento, seguido da co-geração (21%), pasta e papel (14,9%), centrais termoeléctricas (14,3%), refinação (7,6%), vidro (7,5%) e cimentos e cal (3,8%).



Um serviço ECOPROGRESSO

Para mais informações contacte:

**Francisco Rosado | Trade Consultant**

[frosado@ecoprogresso.pt](mailto:frosado@ecoprogresso.pt)

+351 91 821 15 76

**Pedro Mateus | Manager**

[pmateus@ecoprogresso.pt](mailto:pmateus@ecoprogresso.pt)

ECOPROGRESSO é uma empresa:

